



ATA ORDINÁRIA Nº 2777/2018

*(Continuação da reunião de 18/09/2018)*

Aos vinte cinco dias do mês de setembro de dois mil e dezoito, às dezoito horas a primeira chamada e às dezoito horas e trinta minutos a última chamada, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, sito Av. Borges de Medeiros, nº 2244 – 6º andar/sala de reuniões, nesta capital, sob coordenação de Maurício Fernandes, **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade**, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Rovana Reale (2ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Caciano Sgorla Ferreira (1º Suplente), **Gabinete do Prefeito – GRUPO**; Fernanda Garcia Hochwart (Titular), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Denise Calvet Pinto (2ª Suplente), **Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular) e Simone Machado Madeira (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Alexandre Cavagni (1º Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; e Cláudia Remião Franciosi (Titular), **Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Darci Barnech Campani (Titular), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA**; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), **Conselho de Arquitetura e Urbanismo do RS – CAU/RS**; Geisa Tamara Bugs (1ª Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Sérgio Luiz Brum (Titular), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; Sérgio Koren (1º Suplente), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil - SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular) e Gilberto da Costa (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular) e Jane Eliane Ferreira Brochado (1ª Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; Kelly Ramos da Silva (2ª Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Orçamento Participativo – HOCDUA/OP**. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Aline Brum de Lima, **Secretária Executiva, servidora da SMAMS e relatora dos trabalhos**; Ketlin Moreira, **Estagiária**; Patrícia Costa Ribeiro, **Tachys Graphen – Serviços Taquigráficos**. **PAUTA**: 1. **Abertura**; 2. **Votação da Ata 2776**; 3. **Ordem do Dia**; 4. **Comunicações**. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h40min. **ITEM 1: Abertura. Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade**: Muito boa noite a todos. Dando início com um pequeno atraso, justificado pelo trânsito, dia chuvoso. Temos que pautar o plano de mobilidade urbana, que está em avanço na cidade e este conselho, inclusive, já deliberou que vamos pautar



47 oportunamente. Era para hoje, mas tendo em vista os acontecimentos da reunião passada,  
48 a pauta foi repicada para esta reunião, como convocação extraordinária para a  
49 continuidade dos processos que não foram deliberados na semana passada. Vamos para  
50 a votação da ata. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de**  
51 **Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Só por detalhamento burocrático, não sei  
52 se vai ter alguma repercussão concreta no final, mas estado reunião não é uma nova  
53 reunião. Fui eu que apresentei a proposta, por isso que tenho que apresentá-la  
54 novamente, o Gomes também tem o mesmo entendimento. A reunião da semana passada  
55 foi suspensa e continuaria hoje, até às 20h30min. Então, não estamos em uma nova  
56 reunião. Se na pauta da reunião passada estava esta ata incluída podemos votar sem  
57 problema nenhum. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio**  
58 **Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu não conheço o termo “suspensão da  
59 reunião”, aí vou me socorrer ao Gomes, que estava presidindo a reunião e tem a mais  
60 absoluta e total autoridade de dizer o que foi decidido. O que tu decidires tem que ser  
61 mantido e respeitado, eu não vou desmanchar o que foi deliberado na reunião passada,  
62 porque eu não estava. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de**  
63 **Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Mas o termo “suspensão”, na outra  
64 reunião nós suspendemos a reunião para fazer o acerto da eleição dos representantes.  
65 Isto está em ata. Então, o termo “suspensão de reunião”, pelo menos em outros momentos  
66 houve. Só a questão da ata e encerrar ou não, se a ata da reunião passada encerrou não  
67 encerrou. Se não encerrou continua hoje. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular),**  
68 **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** O entender que colocamos em  
69 votação, Secretário, era de haver uma continuidade da discussão de um projeto que  
70 estávamos tratando, muito complexo, aquele da Phorbis. Nós comentamos que fase á  
71 demora exaustiva das reuniões de 4 horas estavam se tornando improdutivas. Então,  
72 estabelecemos um teto de trabalhar até no máximo às 20h30min, discutindo este  
73 processo, abrir espaço para fazer a discussão de encaminhamento dessas questões  
74 internas que estamos relevando. É a questão que, investimento, caracterizou a reunião de  
75 eu estar presidindo *ad doc*, por não termos os vices presidentes e precisava ser  
76 encaminhado neste sentido. O entendimento que veio, e eu fiquei surpreso também  
77 quando recebi a pauta, mas quero submeter ao plenário o que é meu entendimento. **Darci**  
78 **Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e**  
79 **Ambiental – ABES/RS:** É continuar onde parou. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular),**  
80 **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** É a conclusão da discussão daquele  
81 processo e tinha duas pessoas inscritas. Foi suspenso pela exaustão da discussão que ali  
82 estava. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia**  
83 **Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** As pessoas abriram mão das suas inscrições naquele  
84 momento entendo que hoje seria a sequência. **Maurício Fernandes, Presidente e**  
85 **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu gostaria  
86 de ter sido comunicado disto, porque estou caindo de gaiato aqui nesta história. Vocês me  
87 perdoem a condução. Uma suspensão por 5 minutos é normal, mas suspender de uma  
88 semana para a outra eu confesso que acho um pouco inusitado. Não que não possa  
89 acontecer, mas nunca imaginei isto. Gomes, estava na tua condução, eu peço que tu  
90 prossigas conforme foi deliberado. Eu não faria isto, não se suspende uma sessão após  
91 dias. Seria o caso de encerrar e recomeçar de onde parou. Eu não sei como conduzir.  
92 Como tu conduziste a reunião eu vou manter, mas quero entender. Então, vou pedir para  
93 suspender, mas é por 5 minutos, para eu conversar com a Aline, porque estou perdido  
94 aqui. **(Suspensão da reunião por 5 minutos).** Após os esclarecimentos vamos continuar.



95 Agradeço, Gomes, aos esclarecimentos, Campani, Sérgio. Então, não votaremos nenhuma  
96 ata. O item 3.03 não foi relatado, que foi apresentado pelo empreendedor. E temos duas  
97 inscrições em aberto, que são da apresentação. As inscrições que o Gomes me passou é  
98 do Campani e do Adroaldo. Depois o 3.03, que é a continuidade da discussão que ficou  
99 em aberto. O 3.01 o Felisberto vai relatar, o 3.02 o Sérgio vai se manifestar, depois  
100 seguimos a pauta até o horário que o conselho entender cabível. Então, a discussão neste  
101 momento é do 3.03, onde o Campani estava inscrito e estamos dando continuidade.  
102 **CONTINUAÇÃO: EXPEDIENTE 002.302078.00.9. INTERESSADO Fundo de**  
103 **Investimento Imobiliário Phorbis. ASSUNTO: EVU. LOCAL: Av. das Indústrias, 1395.**  
104 **RELATOR: RGP. 04. Encaminhamento: 1. Apresentado pelo empreendedor em**  
105 **18/09/2018. Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia**  
106 **Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** A minha dúvida, que foi um dos dados levantados,  
107 não foi dado na apresentação isto, falava-se em 11% de investimentos que o  
108 empreendedor ia fazer ao município. Não sei qual a base financeira para calcular esses  
109 11%. Fizemos um cálculo por cima, eram 40 mil pessoas envolvidas, seria um bairro novo  
110 na Cidade de Porto Alegre. Não se calcula mais 04 pessoas por residência, tem sido 03,  
111 daria uns 10 mil imóveis. Talvez o preço dos imóveis em Porto Alegre, não sei se eu estou  
112 muito defasado, mas apartamentos naquela região, no padrão que estava sendo jeito, R\$  
113 800 mil, mas que sejam R\$ 700 mil... (Falas concomitantes). Mais baixo? Tá, R\$ 350 mil...  
114 Então, R\$ 400 mil multiplicados por 10 mil são R\$ 4 bilhões o que vai ser gerado ali de  
115 recursos para o empreendedor pela venda. Eu não sei se esses 11% foi calculado, mais  
116 contrapartidas e medidas compensatórias que seriam feitas na região. O Adroaldo tem me  
117 cobrado, porque nós temos um estudo feito na Universidade Federal de Ciência da Saúde,  
118 em termos de qualidade do ar, ali é a região mais poluída de Porto Alegre. A pesquisa não  
119 conseguiu detectar a origem, porque tem duas possibilidades, uma eu acho muito remota,  
120 que é o antigo lixão do Humaitá, a liberação de H<sub>2</sub>S, mas também há outro caso concreto,  
121 que é a subida e descida dos aviões. Ali é uma área sensível, originalmente é (Inaudível)  
122 do Gravataí. Para colocarmos aquela região sob forma de habitação a METROPLAN  
123 gastou agora alguns milhões de reais dos estudos feitos das áreas de cheias do Sinos e  
124 do Gravataí. Então, temos estudos e cada vez que a gente aperta o Rio Gravataí, água é  
125 água, a física já definiu, dois corpos não ocupam o mesmo lugar. Então, a água é um  
126 corpo. Por mais que possa parecer fluido, é um corpo, se empurrar ele para algum lado vai  
127 estourar em outro lugar. Então, o pensar a zona norte de Porto Alegre, a várzea do  
128 Gravataí, nós temos que pensar um pouquinho mais delicadamente, porque esta água vai  
129 estourar. Quem se lembra, há uns 3 ou 4 anos estourou na FIERGS, porque romperam o  
130 dique, a FIERGS acabou perdendo uma série de computadores lá. Para concluir,  
131 objetivamente, é uma área conflagrada, hoje sou usuário do aeroporto de Porto Alegre,  
132 não sei se é um privilégio ou não, mas existe uma pressão muito grande pela saída do  
133 aeroporto dali. Onde colocar 40 mil pessoas teremos mais 40 mil pessoas. Então, quando  
134 a gente pensa a cidade como um todo e não um empreendimento isolado, não sei se é o  
135 melhor local para um empreendimento de 40 mil pessoas, sendo que o EVU foi aprovado  
136 para o uso industrial, agora está sendo votada a troca do uso para residencial. Eu acho  
137 uma área mais adequada para o uso industrial. **Maurício Fernandes, Presidente e**  
138 **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Continuando  
139 as inscrições da semana passada. Faltam o Adroaldo e o Felisberto. **Adroaldo Venturini**  
140 **Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Presidente, em  
141 relação ao processo, eu disse que pediria vista, é o que estou lembrando que ficou  
142 pendente. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um –**



143 **RGP. 1:** Eu entendo, indo na mesma linha do Campani, acho que é uma área que  
144 necessitaria de um exame mais detalhado, tendo em vista que é uma área que deve ter  
145 sido aterro, também a questão da drenagem e a questão do em torno. O que eu vejo hoje  
146 como um problema sério é a qualificação de determinados bairros em prejuízo das  
147 comunidades que habitam ali. Ao invés de trabalharmos com a qualificação do bairro para  
148 os antigos moradores, qualificam para um novo contingente de pessoas que venham morar  
149 ali. A gente esquece os moradores que estão ali há anos sem a melhoria e a qualidade de  
150 vida necessária e às vezes sendo expulsa dali por esses empreendimentos. Então, eu vejo  
151 que a cidade tem que ser inclusiva e não excludente. No momento em que exclui as  
152 pessoas torna-se uma cidade desumana. Não temos que ver somente a questão  
153 econômica, também a questão humana. Aí são comunidades que estão afastadas dos  
154 (Inaudível) de moradia. Teve uma senhora que morou ali há 50 anos, construiu a sua vida,  
155 vai morar em outra região, onde ela não conhece ninguém, não tem nem as preferências  
156 dela. Então, tem que ver o lado humano também. Quando vemos que uma das brigas que  
157 temos na cidade é a qualificação, é a regularização fundiária, vemos empreendimentos  
158 entrando na área em que muitas vezes a gente precisa fazer a regularização fundiária, que  
159 não é feita e se viabiliza um projeto. Aí as comunidades há anos lutam para regularizar o  
160 seu local de moradia não consegue por grandes óbices jurídicos, urbanísticos, ambientais.  
161 De repente a gente vê que para um megaprojeto é viável, que se torna possível. Eu  
162 lembro o que um amigo me disse: “Felisberto, o problema não é a questão técnica e sim  
163 de quanto vai custar para fazermos a obra de urbanização ou de qualidade”. Cada vez me  
164 conformo mais de que este amigo tinha razão. Quem tem dinheiro constrói, quem não tem  
165 padece e fica à mercê de uma decisão política ou de um governo que tenha viés para fazer  
166 as obras necessárias. Então, isto me deixa muito triste, no sentido de que a gente deixa de  
167 atender as comunidades que lutam há anos para regularizar e não conseguem, mas, de  
168 repente, um empreendimento com grana vai lá e consegue oferecendo migalhas ou  
169 contrapartidas para a comunidade aceitar como melhoria da qualidade de vida dela. Era  
170 isto. Eu sou contra este tipo de empreendimento enquanto não tiver uma análise da  
171 regularização fundiária de Porto Alegre, que são mais de 300 vilas que precisam ser  
172 regularizadas, urbanizadas e qualificadas, mas a prefeitura sempre alega que não tem  
173 dinheiro. Era isto e obrigado. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do**  
174 **Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, conselheiro. Então, está  
175 encerrada a continuidade, já que foi suspensa a sessão, continuamos de onde parou e  
176 seguimos. Vamos aproveitar, Felisberto, o processo 3.01 que está com o senhor, com a  
177 palavra, por gentileza. **3. Ordem do Dia. 3.01. EXPEDIENTE: 17.0000027243-4 (SEI).**  
178 **INTERESSADO: Patrício Rodrigues Ferreira. ASSUNTO: Resolução – Gravame de**  
179 **Tração Viário e Cadastramento de Logradouro. LOCAL: Rua Alonso da Fonseca**  
180 **Coelho com 12,50 metros de largura, entre a Av. Bento Gonçalves e a diretriz 6.057, e**  
181 **cadastramento do referido trecho com largura média de 7,50 metros e extensão**  
182 **aproximada de 132 metros a partir da Av. Bento Gonçalves em direção ao sul.**  
183 **RELATOR: RGP. 01 (Cabe pedido de Vista). Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região**  
184 **de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** É o meu primeiro parecer, espero que eu  
185 consiga que haja aprovação. Este aqui é o caso, que no meu pronunciamento anterior  
186 estava tratando. É uma comunidade que está lá e necessita do gravame para regularizar e  
187 melhorar a qualidade de vida deles. (Leitura do parecer). Inclusive, já há parecer favorável  
188 da PGM. **CONCLUSÃO:** “Portanto, o meu voto é favorável ao gravame do traçado viário e  
189 o cadastramento do trecho pretendido, que tal atitude vai de encontro do anseio dos  
190 moradores, bem como vai qualificar a vida das pessoas e a mobilidade urbana. É o





191 parecer”. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e**  
192 **da Sustentabilidade - SMAMS:** Em discussão o primeiro parecer do nobre Conselheiro  
193 Felisberto. Lembrando que é um processo de gravame, geralmente as discussões de  
194 gravames são de minutas. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de**  
195 **Planejamento Quatro – RGP. 5:** A RGP. 5 pede vista. **Maurício Fernandes, Presidente e**  
196 **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, vista  
197 para a Região 5. Alguma discussão? **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense**  
198 **dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Esclarecimento. Podemos ver esta folha da  
199 resolução para podermos entender? Ou dizer o número da rua para a gente tentar ver do  
200 que é o gravame. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio**  
201 **Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Está certo. Vamos ligar o computador.  
202 **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul -**  
203 **SENGE/RS:** Em que altura fica isto? **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão**  
204 **de Planejamento Um – RGP. 1:** Perto da Lomba do Sabão. É bem na encosta.  
205 (Manifestações fora do microfone) **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário**  
206 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** É um acesso e a ideia é  
207 transformar em rua oficial. É isto que estamos conversando aqui. O conselheiro Sérgio  
208 está esclarecido. E o senhor mantém a vista, Conselheiro Paulo Jorge? **Paulo Jorge**  
209 **Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Não.  
210 **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**  
211 **Sustentabilidade - SMAMS:** Então, coloco em votação por aclamação, como tem sido  
212 praxe nos gravames e desgravames. Então, quem for contrário que se manifeste. Alguma  
213 abstenção? Duas abstenções, da UFRGS e da SMIM. Então, aprovado por maioria o  
214 Processo 3.01. **APROVADO COM 02 ABSTENÇÕES O PARECER DO RELATOR**  
215 **FAVORÁVEL AO GRAVAME DE TRAÇÃO VIÁRIO E CADASTRAMENTO DE**  
216 **LOGRADOURO.** O processo 3.02, que cabe um esclarecimento, vou pedir ao Conselheiro  
217 Sérgio, nós conversamos previamente, porque foi apresentado o relatório, foi pedido vista  
218 pela RGP. 1 e RGP. 6, foi apresentado pelo empreendedor e agora com a palavra o  
219 relator. **3.02. EXPEDIENTE: 18.0.000041184-8 (SEI). INTERESSADO: Jayro Amorim.**  
220 **Assunto: Resolução – Desgravame de Traçado Viário. LOCAL: Rua Romildo Bolzan,**  
221 **entre Estrada Cristiano Kraemer e Rua Dr. Lauro Miguel Sturm, inserido na MZ 5 UEU**  
222 **28, Bairro Aberta dos Morros Bairro Campo Novo. RELATOR: ÁREA.**  
223 **ENCAMINHAMENTOS: 1. Relatado em 21/08/2018; 2. Vista à RGP. 01 e 06; 3. Relato**  
224 **de vista em 04/09/2018; 4. Apresentado pelo empreendedor em 18/09/2018. (Não cabe**  
225 **pedido de vista). Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios**  
226 **de Arquitetura - AREA:** Na verdade, eu não estava na reunião passada, mas acho que é  
227 uma coisa que nós estamos acordando e hoje poderíamos formalizar isto, como o  
228 Campani disse, está no regimento interno que os relatores têm que apresentar o relato por  
229 escrito. Eu fiz um relato verbal, não tinha apresentado por escrito. Quando eu comece a  
230 escrever e lendo com mais cuidado algumas informações, surgiram algumas dúvidas.  
231 Ontem estive conversando com a Patrícia e não conseguimos tirar as dúvidas em curto  
232 prazo para poder apresentar o meu parecer. Então, eu queria encaminhar uma diligência  
233 para poder tirar essas dúvidas que surgiram e eu poder fazer o parecer. Eu já escrevi  
234 minha diligência, se vocês quiserem posso ler (Leitura da solicitação de diligência). Assim,  
235 tem 6 matrículas na minuta da resolução, o topográfico apresenta 4 matrículas e no  
236 parecer da CADAP citam os mesmos números que estão no topográfico de 3 matrículas. É  
237 porque uma das matrículas é abaixo do módulo e a pessoa não está pedindo redução de  
238 regime urbanístico para não ter que fazer o desmembramento. Isto depois eu posso



239 esclarecer no meu relato. Então, não deveria corrigir a resolução, porque tem uma  
240 divergência entre as matrículas que estão na resolução, as que estão no topográfico e as  
241 que estão no parecer da CADAP. Este é o item 1. No segundo, no parecer que assessorou  
242 a diretriz da SMURB na apresentação para a CADAP, que é o órgão UGDU, que é  
243 Unidade de Gestão e Desenvolvimento Urbano, está escrito: “Sendo assim informamos  
244 que na etapa de EVU poderá desconsiderar o traçado viário da Rua Romildo Bonzan,  
245 conforme diretrizes viárias PDDU em anexo”. Na diretriz tem um gravame que começa na  
246 Kramer e vai até uma praça lá embaixo. Então, no desenho que ela cita, conforme o  
247 anexo, ela não desgravou toda a diretriz e a resolução está desgravando tudo. Então, a  
248 meu ver, há uma divergência, o parecer que foi dado à diretriz e a resolução que veio.  
249 Então, estou pedindo esclarecimento, ou arruma a diretriz, ou arruma a resolução. O  
250 terceiro, também no mesmo parecer da UGDU, cita que as ruas, tanto ao norte do terreno,  
251 como ao sul do terreno e a rua projetada aos fundos, que é a Antonio Fonseca da Luz,  
252 estão com ocupações irregulares. Eu coloco: “Eu gostaria que esclarecesse melhor o que  
253 essas informações justificam o seu parecer favorável ao desgravame”. Quarto, eu solicito  
254 uma pesquisa de origem deste gravame ao município. Por quê? Porque essas regiões não  
255 têm as ruas desenhadas e são ruas que, na verdade, as pessoas começam a criar casas,  
256 não tem esta ligação entre essas ruas. Então, queria entender porque foi feito este  
257 gravame, em que época e por que. Essas são minhas questões de diligência. **Maurício  
258 Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da  
259 Sustentabilidade - SMAMS:** Como são diligências importantes, então, a gente dá um  
260 passinho atrás desse processo aqui para deixar ele mais claro, mais apto para votação,  
261 que não vai causar nenhum prejuízo a ninguém. Então, o que importa é que o conselheiro  
262 esteja tranquilo, maduro, conhecedor do processo para pode fazer a votação. Eu te  
263 agradeço, Sérgio. E peço, Patrícia, como de praxe, para vocês atenderem isto. **ADIADO –  
264 SOLICITAÇÃO DE DILIGÊNCIA.** Então, o **3.04. EXPEDIENTE: 002.216638.00.0.**  
265 **INTERESSADO: Country Club. ASSUNTO: EVU de Parcelamento de Solo. LOCAL:  
266 Rua Líbero Badaró, 524. RELATOR: METROPLAN. ENCAMINHAMENTOS: 1. Relatado  
267 em 21/08/2018; 2. Vista à RGP. 2, RGP. 6 e ACESSO. (Não cabe pedido de vista).** É um  
268 processo que teve apresentação na semana passada. Este processo foi relatado pela  
269 METROPLAN e teve vista às RGP.s 1, 2, 6 e ACESSO. A informação que a secretaria  
270 passou foi que a ACESSO não devolveu ainda o processo. Então, ficamos impossibilitados  
271 de votar, embora o prazo já foi ultrapassado, mas também entendemos que, certamente, o  
272 conselheiro ou conselheira precisa deste prazo e colocamos no bom sendo o  
273 encaminhamento. **ADIADO.** O **3.05. EXPEDIENTE: 002.30288.00.1. INTERESSADO:  
274 Zaffari. ASSUNTO: EVU. LOCAL: Av. Protásio Alves, 7472. RELATOR: RGP. 03.  
275 ENCAMINHAMENTOS: 1. Apresentado pelo empreendedor em 18/09/2018; 2. Relatado  
276 em 18/09/2018; 3. Vista à RGP. 4, ACESSO, CDH e OP. Emerson Gonçalves dos  
277 Santos (Titular), Temática Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento  
278 Urbano e Ambiental do Orçamento Participativo – HOC/DUA/OP:** Eu solicito mais uma  
279 semana. Eu já fiz uma análise básica, mas como tive a informação que os outros que  
280 pediram vista não tiveram ainda vista ao processo, então, solicito mais uma semana para  
281 dar o relato. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente  
282 e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, na mesma linha do outro processo vamos deixar  
283 para a reunião que vem. **ADIADO.** O próximo processo é o 3.06, o Conselheiro Paulo  
284 Jorge é o relator. **EXPEDIENTE: 002.257904.00.9. INTERESSADO: SPU-SMURB.  
285 ASSUNTO: Resolução – Gravame de Traçado Viário e Cadastramento de Logradouro.  
286 LOCAL: Beco Seis, Vila Alto Erechim, localizado na Macrozona 4, Unidade de**



287 **Estruturação Urbana (UEU) 034. RELATOR: RGP. 5. (Cabe pedido de vista). Paulo**  
288 **Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:**  
289 Este é um processo de uma escola infantil. No final da Rua Erechim tem uma ocupação  
290 irregular. Então, é uma creche infantil e como está em área irregular, acho que a prefeitura  
291 está pedindo que para conveniar com a SMED tenha que ter a regularização desta área. É  
292 uma escola para a comunidade, que hoje para poder fazer um convênio tem que estar em  
293 área regular. Justificativa: “O gravame de cadastramento do Beco Seis, da Rua Erechim,  
294 tem como objetivo viabilizar a ocupação do projeto em construção da educação infantil  
295 comunitária, o lote em frente ao referido beco. Segundo o levantamento feito pela unidade  
296 de regularização fundiária, o logradouro já se encontra asfaltado e conta com a seguinte  
297 infraestrutura: rede de água, esgoto cloacal e rede de iluminação pública”. Eu estive lá,  
298 falei com a Presidente desta comunidade, é uma área que foi invadida na década de 50  
299 com ocupações, aí criou uma associação de moradores. Agora são mais de 100 casas lá  
300 em cima, em uma pedreira, criaram uma creche, criaram um centro comunitário e se  
301 tornou uma área violenta também, porque são becos, muitas vezes dá tiroteio. Então, eu  
302 coloquei aqui meu relato (Leitura do parecer). Esta creche já tem o convênio com a  
303 prefeitura, mas está em uma área irregular. Então, a prefeitura não deu, foi encaminhado  
304 pela Procuradoria do Município, teve encaminhamento, tudo normal. Eu analisei, falei com  
305 os moradores da volta ali, porque tem uma luta de resistência, que é do movimento negro,  
306 em uma ocupação irregular, mas tinha que fazer isso, porque na época a moradia era  
307 difícil. Então, como relator eu aprovo, porque é um beco que precisa se integrar com o  
308 logradouro público legalizar a creche como situação legal. Só isso. É um beco de 7 a 8  
309 metros, que tem que ser como logradouro público para legalizar isso aí. Não tenho mais  
310 detalhes, eu como relator aprovo, porque é preciso atender, são 50 crianças de 0 a 6 anos,  
311 mais 40 adolescentes e jovens de 7 a 15 anos. Então, eu aprovo este gravame de traçado  
312 viário para regularização. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do**  
313 **Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, conselheiro. Alguém quer se  
314 manifestar? Senão encaminho à votação. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular),**  
315 **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Conselheiros, esta demanda está na  
316 minha região e o Paulo Jorge teve a preocupação de conversar conosco pela emergência  
317 que há neste processo, no sentido de vir obter uma melhora significativa pelo  
318 cadastramento desse logradouro. Eu não vou pedir vista, sugiro que os demais não peçam  
319 vista para que o processo ande o mais rápido possível. Belo trabalho, Paulo Jorge.  
320 Parabéns! **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e**  
321 **da Sustentabilidade - SMAMS:** Mais alguém? Então, vamos fazer a votação por  
322 aclamação. Quem é favorável permaneça como está. Abstenções? Aprovado por  
323 unanimidade. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER DO RELATOR**  
324 **FAVORÁVEL AO GRAVAME DE TRAÇÃO VIÁRIO E CADASTRAMENTO DE**  
325 **LOGRADOURO.** O Item 3.07, relatório pela SMAMS. **EXPEDIENTE: 002.311945.00.9.**  
326 **INTERESSADO: Associação Leopoldina Juvenil. ASSUNTO: Aprovação de EVU.**  
327 **LOCAL: Rua Marques do Herval, 280. RELATOR: SMAMS. (Cabe pedido de vista).**  
328 **Denise Calvet Pinto (2ª Suplente), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da**  
329 **Sustentabilidade – SMAMS:** Este processo, na verdade, é da regularização do  
330 Leopoldina Juvenil, uma área que já está toda construída, não tem nova construção. É  
331 para a regularização, este projeto já foi aprovado e estamos querendo que esta demanda  
332 seja concluída para seguir as demais etapas, para que possa ter o licenciamento para o  
333 empreendimento do clube. A localização eu acho que todo mundo conhece, o Leopoldina,  
334 é bem central na região do Moinhos de Vento. Então, esta área toda já está construída. Eu



335 fiz um relatório, depois vou ler, onde eu dou uma sequência de tópicos, dos condicionantes  
336 das secretarias que aprovaram este processo na CAUGE. Aqui é mais para localizar o  
337 empreendimento na cidade. Eu coloquei os motivos do EVU, porque foi para a CAUGE  
338 para aprovar, os artigos do Plano Diretor, o art. 61, a obrigatoriedade, o art. 100, parágrafo  
339 III também, que fala das necessidades para este tipo de empreendimento. O clube tem  
340 uma área adensável superior a 5.000m<sup>2</sup>. Não há nenhum impedimento de atividade para  
341 aquela região, tem as vagas que estão sendo oferecidas, são 62 e tem 228. Todos os  
342 índices estão atendidos. A LP também está atendida, que aqui tem o link do parecer. Eu  
343 coloquei como SMAM porque como está o nome da CAUGE, até para a gente poder se  
344 achar. Na SMAM ele prevê que a gente tem que dar sequência, porque para o  
345 licenciamento ambiental ele vai ter que começar o processo, não vai poder parar por aí, ele  
346 tem que conseguir a carta de educação adequada para a atividade dele para ter a licença  
347 de operação, tudo de acordo com o que a legislação prevê. Então, sai daqui a vai para a  
348 sequência do processo. A EPTC também colocou como condicionantes a doação de dois  
349 módulos de parada segura para serem entregues à Gerência de Mobiliário Urbano.  
350 Também se manifestou favorável à aprovação. A SMIM também aprovou, não tem  
351 acréscimo nenhum. A EPAC também tem parecer favorável. A SMOV coloca que caso  
352 ocorram alterações na geometria das vias deverão ter aprovação. A Saúde não se  
353 manifestou no parecer da CAUGE na época, porque não tem parcelamento, então, não  
354 tem destinação de áreas públicas. E as próximas etapas que a gente coloca, o  
355 empreendedor deve dar sequência ao processo para a etapa de aprovação do projeto,  
356 obtenção da carta específica, após requerer licenciamento ambiental para atividades,  
357 porque é necessária a apresentação da carta e o alvará dos Bombeiros. Vou ler todo o  
358 parecer agora. (Leitura do parecer). **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário**  
359 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira  
360 Denise. Vou abrir para manifestações. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de**  
361 **Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Como este imóvel está na RGP. 1 e tiramos uma  
362 normativa, todos processos relacionados com a região o conselheiro pedirá vista. Então,  
363 solicito vista do processo. Obrigado. **Geisa Tamara Bugs (1ª Suplente), Instituto de**  
364 **Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Fiquei com duas dúvidas. Em algum momento foi  
365 afirmado que existem duzentas e tantas vagas que dizem respeito à área a regularizar.  
366 Que, então, estariam atendendo o número de vagas necessárias para esta regularizar. No  
367 meu entendimento as duzentas e poucas vagas atendem a todo o empreendimento, toda a  
368 área construída, não só as áreas a regularizarem, ou não? Então, o número seria maior.  
369 **Denise Calvet Pinto (2ª Suplente), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da**  
370 **Sustentabilidade – SMAMS:** As vagas de estacionamento, elas foram calculadas com  
371 base em todo o empreendimento. Eles já têm mais vagas do que está sendo colocado pela  
372 legislação. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente**  
373 **e da Sustentabilidade - SMAMS:** Está esclarecido, o processo vai em vista à RGP. 1.  
374 **PEDIDO DE VISTA À RGP. 1.** O Item 3.08, relato pelo IAB. Pode ser, conselheira?  
375 **EXPEDIENTE: 002.204727.00.6. INTERESSADO: Locar – Locação de Imóveis Ltda.**  
376 **ASSUNTO: Aprovação de EVU. LOCAL: Av. das Indústrias, 1344. RELATOR: IAB-RS.**  
377 **Geisa Tamara Bugs (1ª Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Eu fazer  
378 a leitura do parecer que foi elaborado pelo Conselheiro Rafael Passos. (Leitura do  
379 parecer). **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e**  
380 **da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira. Vou passar para manifestações.  
381 **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura -**  
382 **AREA:** Eu queria um esclarecimento. Eu não entendo sobre a oportunidade de pedirmos





383 uma audiência pública. Nós temos que tomar um cuidado aqui, colocar primeiro se vamos  
384 tomar a decisão de forma coletiva e não de um parecer. O que diz aqui é uma decisão  
385 coletiva, não é obrigatório uma audiência pública. Segundo, tomarmos cuidado com esta  
386 votação. Eu entendo o que está escrito, mas o preciosismo que estamos tomando aqui da  
387 vírgula para uma garagem em uma zona... Eu acho que faltou a apresentação de uma  
388 planta para mostrar onde é esta garagem de estacionamento onde já existe. Por que uma  
389 audiência pública para este tipo de atividade? Sinceramente, eu acho que é emperrar as  
390 coisas de acontecerem na cidade. Eu não vejo lógica nisso, se tiver alguma situação nós  
391 vamos pedir, mas para este tipo de atividade, pelo amor de Deus, gente! Isto é um  
392 absurdo! **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento**  
393 **Seis – RGP. 6:** Conselheiros, há bastante tempo eu tenho acompanhado a posição do  
394 Arquiteto Rafael na abordagem, digamos assim, do uso deste artigo do Plano Diretor como  
395 instrumento de suprema participação popular. Ele vem falando isso nas palestras que eu  
396 tive a oportunidade de escutá-lo na IAB, inclusive, antes dele ser conselheiro. Eu lamento  
397 que ele não esteja aqui para enriquecer o debate. E na primeira oportunidade que ele tem  
398 de se manifestar em cima de um processo, eu acho que ele está sendo muito coerente e  
399 coloca aquilo que é a interpretação que ele acredita. Eu acho bastante oportuno para este  
400 conselho, que é um coletivo multidisciplinar, discutir esta interpretação do Rafael, muito  
401 mais do que o projeto que está em si sendo discutido, está sendo discutido aqui pela  
402 oportunidade e posição do Rafael. É a leitura que ele faz do Plano Diretor, especificamente  
403 neste artigo. (Manifestação fora do microfone). Eu também considero ridículo, arquiteto!  
404 Ridículo do ponto de vista da abrangência, fazer uma audiência pública em cima deste  
405 projeto ridículo, mas nós vamos ter a oportunidade de fazer o debate, talvez colocar uma  
406 posição em definitiva deste conselho sobre esta interpretação, que me parece equivocada  
407 também. Se nós tomássemos esta linha de abordagem, nós, definitivamente,  
408 enterramos Porto Alegre, além de tonar as coisas muito mais caras do que já são. O  
409 custo de uma audiência pública é enorme e alguém paga, paga o consumidor, porque  
410 ninguém bota dinheiro para não cobrar depois, isto faz parte do custo do empreendimento,  
411 se for o caso. Uma questão bastante pequena, mas o Rafael está nos dando a  
412 oportunidade de discutir naquilo que ele acha, que ele acredita e neste sentido ele é  
413 coerente. Então, vamos fazer um debate à altura que merece. **Geisa Tamara Bugs (1ª**  
414 **Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Só queria reforçar que o  
415 encaminhamento final do parecer do Rafael diz que ele encaminha o projeto para análise  
416 da RGP. 2, a qual vai determinar a forma de divulgação à comunidade, quanto de debate,  
417 consulta ou audiência pública. Então, não é necessariamente uma audiência pública, mas  
418 sim uma discussão perante a comunidade de apreciação deste projeto, que são outras  
419 instâncias participativas. Então, não é uma única instância uma audiência pública.  
420 **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP.**  
421 **2:** A gente solicita vista. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de**  
422 **Planejamento Um – RGP. 1:** Eu queria divergir um pouco dos colegas que me  
423 antecederam. Quando se propõe uma discussão, estamos discutindo a cidade, o que nos  
424 leva a ver que cidade estamos criando e qual o ônus que causa a nós cidadãos. Muito  
425 bem, o empreendimento está ali, mas que sofre o impacto somos nós, quem sofre o  
426 impacto de um mau projeto é a população. Então, quando a gente propõe uma discussão  
427 não emperrar a cidade, nós queremos discutir a cidade. Eu acho que este conselho tem  
428 que discutir e não só aprovar projeto. O nosso papel é discutir a cidade e não só defender  
429 interesses, aqui o interesse tem que ser coletivo e não só do dinheiro. É muito fácil colocar  
430 uma garagem, o empreendedor propõe lá e aí? Quem vai pagar somos nós...



431 (Manifestação fora do microfone). Deixa eu colocar, respeita o meu ponto de vista, Sérgio!  
432 Eu acho que a manifestação é livre, não precisamos concordar. Eu estou colocando um  
433 ponto de vista de cidade, que tem ser respeitado, no mínimo isto. Eu Felisberto, enquanto  
434 cidadão, não quero uma cidade só de negócios, eu quero uma cidade para as pessoas. E  
435 eu acho que nós temos que respeitar o parecer dos conselheiros, a gente pode divergir,  
436 mas tem que respeitar. Este parecer é de um conselheiro de uma entidade, não é um  
437 parecer de qualquer pessoa, é de alguém que tem habilidade para dar um parecer e fazer  
438 uma análise técnica, que eu apoio integralmente isso. **Sérgio Luiz Brum (Titular),**  
439 **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Bom, a região é quem  
440 tem que saber se quer fazer uma audiência pública ou não. Vamos cuidar o que a gente  
441 está falando, porque a gente cria um fantasma e diz que o monstro está ali naquele  
442 parecer e não tem monstro nenhum, apenas está encaminhando um pedido de diligência  
443 para a região poder se posicionar. Até seria muito bom se todos processos que têm  
444 representatividade fossem submetidos a este processo. Sou a favor do parecer, não é um  
445 parecer, é um pedido de encaminhamento, uma diligência à RGP. 2. Eu só discordo da  
446 pecha de que uma audiência pública é cara. Não, é só ter uma sala, no máximo uma  
447 publicação em um jornal de grande circulação e um funcionário para ajudar a tocar a  
448 audiência com alguém da secretaria. Então, não vamos criar um monstro. **Lívia Teresinha**  
449 **Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Eu  
450 reformo a fala do Campani, a proposta é de encaminhar para a região, é quem vai dizer o  
451 que acha que deve fazer. Não vejo problema nenhum. **Hermes de Assis Puricelli**  
452 **(Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa  
453 noite. Eu também sigo neta linha, mas gostaria de fazer um retrospecto do que foi dito. Eu  
454 acho importante que este conselho mantenha as discussões. Não cabe nenhum tipo de  
455 cassação de palavra, ou mesmo que no entender de alguns se esteja falando uma  
456 bobagem, desde que os assuntos não fujam do que está se discutindo. Eu fiquei com uma  
457 dúvida, mas já foi esclarecida. Na verdade, o regime urbanístico está sendo atendido, não  
458 tem nenhuma solicitação de alteração de regime ou o que for, ele só veio para a  
459 aprovação do conselho em função do número de vagas. É isso, né? Acima de 400 vagas.  
460 Pelo que eu percebo está se criando a intenção de um polo ali. A minha provocação vai  
461 mais na linha do que o Paulo Jorge colocou, que, na verdade, a gente não discute  
462 planejamento urbano no sentido maior da palavra, seguinte estava analisando o processo.  
463 não tem como ser contra um processo desse isolado, ele está dentro do regime, vai para a  
464 comunidade, a comunidade vai exigir. Tudo bem, eu sou favorável, não tem como ser  
465 contra. Quer dizer, existe esta vontade da cidade, do planejamento da cidade, de criar um  
466 polo naquela região. Tudo bem, vamos aprovar, não vamos brigar contra o mundo aqui,  
467 mas depois não adianta reclamar que Porto Alegre é um problema, que a circulação é um  
468 problema, porque não existe sistema de mobilidade que resolva essas situações que são  
469 criadas de monstros dentro da cidade, além do que eu já falei na última reunião, o  
470 custo da cidade. Secretário, tem um trabalho que foi feito há uns anos por um colega  
471 nosso que dentro da Macrozona 1, que dentro da Terceira Perimetral se fossem ocupados  
472 os imóveis que existem, caberiam quase 30 milhões de habitantes... (Manifestação fora do  
473 microfone). Então, façam esse estudo. É verdade. Isto é um estudo técnico. Caberiam  
474 quase 20 milhões de habitantes. É só uma constatação, confesso que me sinto impotente  
475 para falar outras coisas. Não tem planejamento, não é nenhuma crítica aos colegas, eu já  
476 passei por isto, é uma crítica às gestões, a cidade que estamos construindo. É isto, não  
477 tem o que se falar. Mais uma coisa, eu me pronunciei contra aquele processo que foi  
478 discutido sobre o índice coringa, que foi criado para situações especiais. Eu acho que no



479 momento em que começa a usar o índice, a permuta em qualquer situação, é outro  
480 problema do Plano Diretor. Eu acho que a audiência pública vai no mesmo caminho. Eu  
481 sou contra audiência pública, é um direito da comunidade, um dever do município, mas  
482 que a gente começar a usar esses instrumentos para qualquer tipo de empreendimento, eu  
483 acho que é outro tiro no pé. Obrigado. **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos**  
484 **Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Na minha visão, deve ser respeitado e  
485 aprovado o parecer do relator. Não vamos falar de audiência pública neste caso como um  
486 grande evento, é uma consulta que será feita na comunidade. Não é um empreendimento  
487 pequeno, é um grande estacionamento, acho que deve ser ouvida a comunidade, eu apoio  
488 o parecer do relator. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal de**  
489 **Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Este artigo que ele cita, na verdade, é para a  
490 própria reformulação do plano ou para qualquer alteração no mapa do Plano Diretor. As  
491 regiões por própria autonomia podem fazer suas audiências, como eu já participei de  
492 várias. Eu não leio este artigo de maneira reta, isto é uma questão que vai depender de  
493 empreendimentos e alterações que realmente alterem o mapa do Plano Diretor, que é o  
494 que vai acontecer nós revisão do Plano Diretor. **Maurício Fernandes, Presidente e**  
495 **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Campani, eu  
496 até fui ler o parecer, de fato, é diligência, o parecer não foi dado. Ele encaminhou para  
497 diligência, não temos nem o que votar aqui. Diligência deve ser respeitada e o Seu  
498 Adroaldo já pediu vista. Então, está encaminhado neste sentido. **Darci Barnech Campani**  
499 **(Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Não,  
500 se não tem parecer não pode ir como vista. Vamos respeitar o regimento, por favor. Ele vai  
501 a diligência para a região. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do**  
502 **Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Está em diligência, não está em vista.  
503 Obrigado, Campani. **SOLICITAÇÃO DE DILIGÊNCIA À RGP. 2. 4. COMUNICAÇÕES.**  
504 **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura -**  
505 **AREA:** Antes, só porque fui o primeiro a me manifestar, para dizer que nunca fui contrário  
506 a nenhuma entidade pedir vista. A região não teve oportunidade de vista porque antes foi  
507 encaminhado como pedido diligência. Eu tenho certeza que a região pediria vista, até  
508 pediu, pelo Campani e por uma organização não pode pedir vista se não houve parecer.  
509 Então, não vamos também levantar um problema grande onde não existe. Eu digo da  
510 mesma forma, não existe problema nenhum aqui. O que acontece, não quero que a gente  
511 coloque um fantasma onde não existe, é muito simples o que está acontecendo aqui,  
512 também não sou ingênuo no seguinte, não precisava dizer para que região que ela tem  
513 que pedir vista, não precisa dizer para a região que ela tem que fazer uma audiência  
514 pública, a região sabe o que deve fazer. Outra coisa, como já foi dito, tem que respeitar a  
515 opinião de todo mundo aqui, a opinião de um para técnico não é melhor do que o senhor  
516 relatou e foi um excelente relatório. O seu relato foi excelente, não foi pior do que um  
517 parecer técnico. Tem que respeitar todos os pareceres aqui, de uma região igual de uma  
518 entidade e de todo mundo aqui. Este empreendimento nós temos que olhar melhor, eu não  
519 consegui ver, ele não está junto, ele está de frente para a região, aquela rua da rotula, o  
520 outro está lá no fundo... **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do**  
521 **Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Sérgio, permita-me contribuir. Sabe  
522 aquele hotel que tem na rótula, é atrás do hotel. (Falas concomitantes). **Sérgio Saffer**  
523 **(Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Está todo  
524 mundo aqui querendo pensar na cidade para o bem, cada um tem uma posição um  
525 pouquinho diferente, mas estamos aqui para construir a cidade que nós queremos. Nós  
526 não podemos desviar a atenção do assunto, que é o processo. Então, coloco duas



527 propostas, eu tenho uma dúvida muito grande sobre regularização fundiária, até perguntei  
528 para o Furtado. Então, se pudéssemos colocar na pauta, que viesse alguém explicar como  
529 funciona. E sobre mobilidade, alguém colocou que teve uma oficina, mas não ocorreu, que  
530 iam trazer aqui a questão da mobilidade, o que a WRI está fazendo. Então, pessoal,  
531 vamos abrir o coração, as coisas não só assim como são ditas, é a forma como as coisas  
532 são ditas que me incomoda. Obrigado. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário**  
533 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Tudo isto está pautado, é  
534 só uma questão de data e agenda. Senhores, agradeço imensamente a presença de todos  
535 vocês e está encerrada a reunião.

536

537

538

539 **ITEM 5: Término às 21h15min.**

540

541

542

543 **O áudio desta sessão encontra-se disponível na Secretaria Executiva.**

544

545

546

547

548

549

550

551

---

552 **Maurício Fernandes**

553 *Presidente*

554

555

556

557

558

559 **Ata aprovada na sessão plenária do dia 30 de outubro de 2018, sem retificações.**

---

**Aline Brum de Lima**

*Secretária Executiva*

*Relatora*